

## TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA URBANO E PATRIMÔNIO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Renato de Oliveira dos Santos\*, Kerley dos Santos Alves\*\* &amp; Edilaine Albertino de Moraes\*\*\*

**Resumo:** Este ensaio reflete sobre o turismo de base comunitária urbano (TBCU) e sua relação com o patrimônio no Brasil e na América Latina. Examina como o TBCU surge em contextos de lutas territoriais e resistência comunitária às pressões do mercado e aos modelos de turismo descendentes. O estudo analisa experiências existentes e desafios relacionados à integração do TBCU e do patrimônio em áreas urbanas periféricas e favelas, explorando sua configuração, gestão e a redefinição do próprio TBCU. A análise destaca tanto o potencial do TBCU para promover a transformação socioterritorial quanto os desafios estruturais que enfrenta, enfatizando as complexidades e oportunidades que esse enfoque implica. O estudo conclui propondo caminhos para futuras pesquisas sobre as implicações socioespaciais das iniciativas de TBCU vinculadas à conservação do patrimônio.

**Palavras-chave:** Turismo de base comunitária; Urbanização; Patrimônio; Problemas sociais.

## COMMUNITY-BASED TOURISM AND HERITAGE: INITIAL APPROACHES

**Abstract:** This essay reflects on urban community-based tourism (UCBT) and its relationship with heritage in Brazil and Latin America. It examines how urban UCBT emerges within contexts of territorial struggles and community resistance to market pressures and top-down tourism models. The study analyzes existing experiences and challenges related to integrating UCBT and heritage in urban peripheral areas and favelas, exploring its configuration, management, and redefinition of UCBT itself. The analysis highlights both the potential of urban UCBT to foster socio-territorial transformation and the structural challenges it faces, emphasizing the complexities and opportunities involved in this approach. The study concludes by proposing avenues for further investigation into the socio-spatial implications of urban UCBT initiatives linked to heritage conservation.

**Keywords:** Community-based tourism; Urbanization; Heritage; Social issues.

## TURISMO COMUNITARIO URBANO Y PATRIMONIO: PRIMERAS APROXIMACIONES

**Resumen:** Este ensayo reflexiona sobre el turismo comunitario urbano (TCU) y su relación con el patrimonio en Brasil y Latinoamérica. Examina cómo el TCU surge en contextos de luchas territoriales y resistencia comunitaria a las presiones del mercado y a los modelos de turismo descendentes. El estudio analiza experiencias existentes y desafíos relacionados con la integración del TCU y el patrimonio en áreas periféricas urbanas y favelas, explorando su configuración, gestión y la redefinición del propio TCU. El análisis destaca tanto el potencial del TCU para fomentar la transformación socioterritorial como los desafíos estructurales a los que se enfrenta, enfatizando las complejidades y oportunidades que implica este enfoque. El estudio concluye proponiendo vías para futuras investigaciones sobre las implicaciones socioespaciales de las iniciativas de TCU vinculadas a la conservación del patrimonio.

**Palabras clave:** Turismo comunitario; Urbanización; Patrimonio; Problemas sociales.

HOW TO CITE: de Oliveira dos Santos, R., Albertino de Moraes, E., & dos Santos Alves, K. (2024). Turismo de base comunitária urbano e patrimônio: primeiras aproximações. *Latin American Journal of Tourismology*, 10(Regular Issue, Special Thematic Section). Retrieved from <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rlaturismologia/article/view/46738>  
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14511104>

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo enquanto fenômeno global tem sido historicamente associado às dinâmicas de exclusão, desigualdade, exploração e despossessão sob a lógica do capitalismo. Como destacado por Cañada, Gascón & Milano (2023), a turistificação global atua como um poderoso mecanismo de acumulação do capital, perpetuando a violência estrutural e as desigualdades sociais. Essa realidade impulsiona questionamentos sobre a possibilidade

de reimaginar práticas turísticas que transcendam as lógicas mercadológicas e contribuam para a transformação social.

Nesse contexto, reimaginar o turismo fora dos padrões hegemônicos não é apenas necessário, mas urgente. Como aponta Gaitán (2020) o "setor do turismo" precisará passar por um processo de regeneração, o que também se refletirá nas investigações acadêmicas sobre o tema, exigindo tanto a superação das barreiras disciplinares quanto a inclusão de novos atores e perspectivas.



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* Doutorando em Mudança Social e Participação Política / ProMuSPP - USP. Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social / EICOS - UFRJ. (2020). Bacharel em Turismo / UFRJ (2017). Bacharel em Administração / UNIABEU (2011). Mediador no curso de Licenciatura em Turismo na Fundação Cecierj (Consórcio Cederj/UAB). Pesquisador na RedeCT: Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos e Comunidades Tradicionais (GEDGS/FCE/UNESP); NEPET: Núcleo de Ensino e Pesquisa em Turismo (CNPq/UFRJ); LabMEMS: Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis (CNPq/UFRJ); TBC-REDE: Laboratório de Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes (CNPq/UFJF/UFRRJ). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3192933847647903> ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2488-8780> | [renato.oliveirasantos@usp.br](mailto:renato.oliveirasantos@usp.br) |

\*\* Pós doutoranda em Estudos do Lazer pela EEFPT/UFMG. Pós doutora em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC). Doutora em Psicologia pela PUC-MG e estágio Sanduíche pela Universitat Autònoma de Barcelona. Mestre em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Ciências Gerenciais (UNA). Especialização em Administração Pública, Especialização em Educação/ Interpretação Ambiental e especialização em Gerenciamento de Empresas. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Ouro Preto. graduada em Psicologia e em Turismo pelo Centro Universitário Newton Paiva. Professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Coordenadora da Cátedra Unesco Água-Mulher-Desenvolvimento. Atua nos programas de pós-graduação em Turismo e Patrimônio e o de Sustentabilidade (UFOP). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0155112780470566>; ID ORCID 0000-0001-6215-3457 | [kerley@ufop.edu.br](mailto:kerley@ufop.edu.br) |

\*\*\* Mestre e Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ. Especialista em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins/ UFT. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF. Professora Associada do Departamento de Turismo no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão TBC-REDE Turismo de base comunitária, Sustentabilidade e Redes (UFJF/UFRRJ/CNPq). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5450933897214464> ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7631-5023> | [edilaine.moraes@ufjf.br](mailto:edilaine.moraes@ufjf.br) |

Essa reimaginação implica a busca por alternativas que conciliem resistência e proposição, integrando práticas emancipatórias e sustentáveis que desafiem a lógica dominante do mercado competitivo.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) emerge como uma dessas alternativas. Fundamentado no protagonismo das comunidades e na valorização de seus modos de vida, o TBC busca construir “um outro turismo possível” (Neuhaus & Silva, 2006), que resista à mercantilização e promova a justiça social e ambiental (Gomez, Sánchez & Rubio, 2015).

Ainda assim, a ausência de planejamento adequado e a negligência em relação à participação comunitária nas decisões têm resultado em impactos negativos nos territórios (Klepsch, 2010). Contudo, as transformações urbanas e a pressão sobre territórios tradicionais têm expandido essa prática para contextos urbanos, especialmente em periferias e favelas, contribuindo para a construção da proposta de Turismo de Base Comunitária Urbano (TBCU).

O TBCU surge como um desdobramento conceitual e prático do TBC, adaptando-se às singularidades e desafios das áreas urbanas. Nessas localidades, frequentemente marcadas por estigmas e exclusões históricas, o TBCU opera como uma ferramenta de resignificação, criando narrativas de autorrepresentação e promovendo o desenvolvimento local. Como destaca Izcara & Cañada (2023), bairros periféricos em diferentes contextos latino-americanos — favelas no Brasil, villas na Argentina, comunas na Colômbia e townships na África do Sul — têm se tornado espaços para novas formas de turismo baseadas na gestão coletiva e na economia solidária.

No entanto, o TBCU ainda é uma discussão e prática incipiente na América Latina, enfrentando desafios como a falta de planejamento participativo, a necessidade de romper com estigmas e a construção de uma base teórico-metodológica adequada ao campo de inserção.

Neste ensaio, propõe-se um olhar crítico e reflexivo sobre o TBCU, questionando a tradicional dicotomia entre rural e urbano e analisando sua relação com o patrimônio em áreas urbanas. Parte-se da premissa de que o patrimônio urbano não se limita a monumentos e bens materiais, mas abrange histórias, memórias e resistências presentes em periferias e favelas.

Nesse sentido, a construção deste ensaio se inspira nas seguintes perguntas: O turismo de base comunitária urbano é possível? Quais são as relações entre TBCU e patrimônio? Existem iniciativas autodenominadas em curso? Quais são as perspectivas e os desafios enfrentados para o seu alcance?

A ausência de publicações nacionais sobre o tema reforça sua originalidade e relevância, permitindo explorar novas possibilidades e interpretações. Este artigo contribui, assim, para ampliar o debate sobre o turismo como espaço de luta política e cultural, convidando à reflexão sobre como práticas de TBCU podem reimaginar o turismo como uma ferramenta de transformação social.

## 2 PERSPECTIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária ou turismo comunitário (TBC), desde sua emergência, no Brasil, na década de 1990, tem se apresentado como uma proposta de desenvolvimento turístico baseada na participação ativa das comunidades locais e na valorização e proteção de seus territórios e patrimônios natural e cultural, com foco na geração de benefícios diretos entre os agentes envolvidos localmente (Mendonça & Moraes, 2012). As discussões sobre a síntese da sua origem e princípios orientadores, com base na releitura de alguns autores de referência nesse debate, são abordadas, de forma aprofundada, em Moraes (2019).

Nessa direção, o TBC se configura como uma estratégia de resistência, buscando o protagonismo de povos e comunidades, muitas vezes classificados como tradicionais, em seus modos de vida e trabalho, desafiando os padrões das sociedades urbanas industriais e construindo um turismo com “selo próprio” (Maldonado, 2009), ou buscando “um outro turismo possível” (Neuhaus & Silva, 2006), em áreas de campo, florestas, águas e, também, urbanas.

Gomez, Sánchez & Rubio (2015) defendem o TBC como uma nova forma de fazer turismo que se opõe aos padrões massificados e tem o potencial de promover a transformação social nos rumos da sustentabilidade. Ou seja, o TBC se contrapõe aos procedimentos do turismo convencional, impulsionado pelas leis de mercado competitivo.

Por outro lado, o TBC, pautado na participação ativa da comunidade local e na valorização do seu patrimônio cultural, tem se revelado como uma alternativa promissora para o desenvolvimento local, como no caso das favelas (Spampinato, 2009; Klepsch, 2010) e de outras comunidades populares urbanas. Mas essas experiências são mais recentes, pois, historicamente, o TBC tem sido experimentado e se fortalecido em áreas rurais (sobretudo, em territórios indígenas e camponeses), onde comunidades tradicionais são impactadas no contexto de valorização de seus bens naturais e culturais.

Essa nova e complexa dinâmica que se apresenta com a expansão do TBC para os centros urbanos, especialmente em áreas periféricas e favelas, têm construído outras realidades no âmbito dos debates e das práticas. Dessa forma, pesquisas que relacionam os temas “turismo de base comunitária” e “turismo em favela” se tornam potentes para fomentar práticas turísticas em busca de desenvolvimento local. Mano, Mayer & Fratucci (2017) destacam a experiência do turismo de base comunitária em favelas, indicando que a participação ativa dos moradores pode modificar o perfil do turismo, impulsionando as trocas culturais, ao invés da simples observação estereotipada da pobreza.

Mas essa não é uma realidade apenas nacional. Conforme Izcara & Canãda (2023), outros contextos de bairros periféricos, denominados de “townships” na África do Sul, “villas” na Argentina ou “comunas” na Colômbia, estão se convertendo em possíveis atrativos turísticos e explorando comercialmente as suas ruas, as casas e as atividades cotidianas dos moradores locais.

Frente a essa lógica, nessas áreas suburbanas, emerge também outra forma de turismo denominado como "turismo comunitário urbano", cuja "atividade parte de uma gestão coletiva auto-organizada pela própria população residente e se dirige a uma pluralidade de perfis de visitantes" (Izcará & Canáda, 2023, p. 39). Essa proposta se constrói de forma desvinculada de corporações e instituições estatais e privadas, podendo atuar de forma contundente e direta no delineamento de possibilidades laborais e de melhoria das condições de vida, conjugada a uma progressiva elaboração de narrativas de autorrepresentação orais e visuais de reapropriação do território (Ferrari, 2021).

### 3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA URBANO E A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO

Na atualidade, refletir sobre TBCU e patrimônio urbano (convencionalmente definido como conjunto de bens materiais e imateriais de valor histórico e cultural) implica explorar novas nuances e possibilidades. Quando se pensa em áreas periféricas e favelas, o patrimônio se manifesta nesses espaços de forma singular, marcado pela cultura popular, pelas histórias de resistência e pela adaptação às adversidades.

Sob essa premissa, a intenção aqui reside em ampliar a compreensão de "patrimônio", transcendendo a visão convencional, que se concentra em monumentos e museus, e reconhecendo a diversidade cultural presente nas áreas periféricas urbanas. Isso porque "o patrimônio cultural não se reduz a monumentos e sítios, mas abarca as tradições vivas de um povo, sua língua, costumes, crenças, formas de arte, música e culinária" (UNESCO, 2003, n.p).

A discussão em torno de alguns conceitos de patrimônio deve ir além das definições instituídas pela ciência moderna, as quais separam o natural do cultural, da mesma forma, o tangível do intangível. O conceito de patrimônio não é único e deve ser interpretado a partir de uma realidade cotidiana, social e natural, que abarca conjuntamente as vivências individuais e coletivas, os humanos e não humanos. Isso está alinhado à nossa escolha por um olhar contra-hegemônico sobre patrimônio, que compõe não apenas uma categoria científica, mas também se produz a partir de saberes práticos, técnicos, tradicionais e populares.

A conceituação de patrimônio é vasta e interliga múltiplas dimensões históricas, políticas, ambientais, culturais, sociais e econômicas. Para o seu entendimento, conforme Zanirato, Rotondaro, Ferreira, & Isnart, (2021, p. 255), "se justapõem o natural/cultural-social, o tangível/intangível e o objetivo/subjetivo", formando uma rede complexa de relações e significados. Assim, o patrimônio não é apenas um conjunto de elementos materiais com valor econômico, mas está diretamente conectado à adaptação dos grupos sociais ao ambiente, como destaca Xavier (1987).

Para ampla compreensão do patrimônio, é necessário ainda reconhecer as suas múltiplas formas de expressão, incluindo seus aspectos subjetivos e objetivos. De um lado, temos a abordagem objetiva, que se preocupa com a classificação técnica dos bens naturais e culturais, como a ONU-Habitat (2016) sugere ao discutir a conservação urbana. No entanto, nosso

enfoque destaca a dimensão subjetiva que reconhece as percepções, as memórias afetivas e a construção de identidades culturais pelas pessoas e comunidades. Essa dimensão subjetiva molda o significado e o valor cultural dos bens patrimoniais ao longo do tempo, reforçando que o patrimônio não deve ser tratado de forma isolada, mas como um reflexo da interdependência entre seus elementos. Defende-se, assim, neste ensaio, que é essa dimensão que configura vida pulsante e significado real ao patrimônio.

No que se refere ao patrimônio urbano, é importante considerar que não se trata apenas de um ativo econômico ou um recurso turístico, mas um espaço de significação onde as comunidades historicamente constroem e ressignificam suas identidades e práticas sociais. O patrimônio urbano representa um conjunto de elementos físicos e simbólicos, como morfologia urbana, espaços verdes, monumentos e edifícios, mas também inclui práticas intangíveis, como tradições, costumes e memórias coletivas. A conservação do patrimônio urbano, segundo a ONU-Habitat (2016), deve integrar essas dimensões de forma participativa, preservando não apenas a materialidade dos bens, mas também as relações sociais que eles promovem.

Saquet (2022) traz uma concepção territorial e prática, propondo o binômio "território-patrimônio", tendo em vista que o território é abordado enquanto um local coevolutivo, tanto natural quanto econômico, político e cultural, bem como o território é visto como um lugar de resistência, "(in)formação, mobilização, luta e enfrentamento diante da opressão e colonização, da miséria e exploração" (Saquet, 2022, p. 116). Essa perspectiva abraça o patrimônio como um "bem comum" (Saquet, 2022, p. 116), rejeitando sua concepção como mero recurso ou capital e reconhecendo sua (i)materialidade nos saberes, linguagens, memórias e técnicas dos povos.

Por outro lado, é fundamental reconhecer a crítica de Scifoni (2015) à forma como o patrimônio urbano tem sido tratado no âmbito das políticas públicas do Estado, de modo alinhado a uma visão de produção da cidade como um negócio. Esse ajuste reforça uma compreensão instrumental e utilitária do patrimônio, distanciando-se das vivências e práticas das comunidades que realmente dão vida aos territórios, como destaca Santos (1999). As comunidades locais estão no centro dessas dinâmicas, trazendo consigo hábitos, costumes e ancestralidades que atravessam temporalidades e espaços, conforme nos lembra Saquet (2022).

No entanto, cabe refletir também que a patrimonialização, processo que transforma elementos culturais em mercadorias para o mercado turístico, traz consigo um risco latente de exploração, de reprodução das desigualdades e assimetrias de poder inerentes ao turismo. O processo de patrimonialização e o consequente processo de turistificação envolvem dinâmicas complexas, muitas vezes marcadas por diferentes hierarquias de poder e decisão, tanto públicos quanto privados, quer das comunidades locais. Essas dinâmicas, presentes na gestão do patrimônio, podem resultar no deslocamento de comunidades tradicionais/locais e na exploração excessiva do patrimônio.

Em muitos casos, as decisões políticas e econômicas são tomadas sem a participação efetiva dessas comunidades, o que resulta na invisibilidade e exclusão nos processos decisórios. Embora as comunidades sejam consultadas em algumas instâncias, essa participação é frequentemente relegada a um papel secundário, muitas vezes apenas simbólico, enquanto as grandes decisões sobre a gestão e o uso dos territórios permanecem nas mãos de atores externos, como governos e empresas. Esse cenário ilustra como diferentes atores sociais interagem com o território, utilizando fronteiras físicas e simbólicas para afirmar autoridade e influência, enquanto as comunidades resistem e lutam pela manutenção e preservação de suas terras e modos de vida (Santos, 2024).

Esse protagonismo também se articula como uma forma de resistência política segundo a qual as comunidades se colocam como guardiãs não só de um território, mas de um modo de vida que resiste à lógica capitalista de mercantilização do espaço. O reconhecimento do território como patrimônio deve vir acompanhado de um reconhecimento das lutas sociais para garantir a permanência e a autodeterminação dos grupos envolvidos (Santos, 2024).

Essa questão nos convida a refletir sobre a maneira como a patrimonialização e a turistificação podem, ao mesmo tempo, ameaçar e fortalecer a luta das comunidades por seus territórios e a garantia de direitos, como uma oportunidade de consolidar a presença dessas comunidades como agentes ativos e patrimônio vivo na gestão territorial e na formulação de políticas que respeitem suas práticas.

Nesse sentido, a luta das comunidades pelo seu direito ao território deve ser entendida como uma dimensão essencial do próprio processo de preservação patrimonial. Assim, o patrimônio é também um espaço de resistência e de luta política, tornando-se a preservação do território intrinsecamente ligada à luta por direitos e à afirmação da identidade e autonomia comunitária (Santos, 2024).

Dessa forma, é possível compreender que a interconexão entre a relação sujeito-território é central também no processo de construção do turismo de base comunitária urbano (TBCU) associado ao patrimônio. A ideia de "sujeito situado ↔ território" e o conceito de "patrimônio-territorial", proposto por Costa, Pulgarín-Osorio, Gómez & Arciniegas (2023), combinados com a abordagem de território de Milton Santos (1999), que o define como um espaço vivo, carregado de significados, revelam a profundidade dessa relação. Isso porque, para Santos (1999), o território não é apenas um espaço físico, mas sim um lugar socialmente construído, carregado de práticas cotidianas, experiências sensoriais e emocionais, imaginários e simbolismos que conferem identidade a um espaço. Dessa forma, o território se torna uma extensão da própria identidade do sujeito, onde se desenvolvem interações sociais e se manifestam relações de poder.

O vínculo entre o sujeito situado e o território, conforme discutido é de simbiosidade: o território influencia o sujeito, moldando sua identidade, seu modo de ser e de agir, enquanto o sujeito atua sobre o território, desenvolvendo-o e resignificando-o com base em suas práticas e vivências. Portanto, o território constitui um

espaço sonoro de ação, resistência e transformação (Santos, 1999).

No caso das comunidades locais, que possuem um território com vasto e rico patrimônio cultural/natural, essa relação assume uma dimensão de resistência frente às tentativas de homogeneização ou mercantilização do espaço, que o tratam como uma mercadoria. O sujeito situado no território resiste a essa lógica, reafirmando o espaço como um local de vida, cultura e coletividade. Nesse contexto, qualquer ameaça ao território é percebida como uma ameaça de identidade direta tanto à existência coletiva quanto ao indivíduo dos sujeitos que o habitam.

Esses elementos tornam-se ainda mais relevantes no contexto do TBCU no qual o patrimônio de áreas periféricas e favelas, muitas vezes invisibilizado ou estigmatizado, pode ser valorizado e resignificado pelas próprias comunidades que o vivem e o experimentam. Ao desafiar a lógica da mercantilização capitalista, essas comunidades reafirmam, assim, o território como um espaço de resistência, fortalecendo suas identidades, culturas e patrimônios.

Para enfrentar esses riscos e incertezas, a valorização e a reinterpretação do patrimônio urbano pela via do TBCU se tornam fundamentais para desvendar as histórias e as identidades que se escondem em cada canto da cidade. As cidades, com sua rica e complexa trama sociocultural e histórica, representam um terreno fértil para a implementação do TBCU, com o potencial de estimular a inclusão de comunidades afetadas pelas consequências da desigualdade social e de valorizar a diversidade urbana.

O desafio reside em superar o olhar conservador, que frequentemente enxerga o patrimônio urbano como um conjunto de monumentos e museus estáticos, e abraçar a riqueza cultural pulsante que se manifesta em cada rua, em cada comunidade e em cada história de vida. A valorização das manifestações artísticas locais e das histórias de luta, a resistência das comunidades urbanas e a desmistificação de estereótipos são fundamentais para construir uma narrativa turística contra-hegemônica, que reconheça e respeite a riqueza cultural e histórica das cidades.

Assim, a investigação sobre TBCU em relação ao patrimônio urbano exige métodos de pesquisa específicos, capazes de analisar as dinâmicas social, espacial e cultural que permeiam essa ação. As metodologias inclusivas e democráticas podem ser motores para a participação real da comunidade local em todas as etapas, desde o planejamento, a definição dos roteiros turísticos até a gestão dos benefícios gerados. Mas a inexistência de instrumentos adequados à realidade para abordar a interação entre o TBCU e o patrimônio pode levar a percepções e conclusões imprecisas e a estratégias de gestão ineficazes. Por isso, os desafios metodológicos que se apresentam neste campo de estudo, em um ousado esforço inicial, podem ser sintetizados em três eixos orientadores: (a) Participação comunitária; (b) Território e (c) Dimensão sociocultural.

*(a) Compreender as percepções, os valores e as práticas culturais das comunidades envolvidas no TBCU. A análise das diferentes perspectivas e das dinâmicas*

sociais complexas que envolvem a relação entre o TBCU, o patrimônio e as comunidades locais exige métodos de pesquisa que possibilitem a escuta atenta e a valorização da diversidade de experiências. Para aprofundar a análise das percepções e valores das comunidades, é crucial considerar a aplicação de métodos qualitativos que possibilitem a compreensão das dinâmicas sociais e culturais presentes, como entrevistas em profundidade, grupos focais e observação participante. A escuta atenta das narrativas e experiências dos moradores locais são essenciais para desvendar a relação complexa entre o TBCU e o patrimônio, levando em conta as diferentes perspectivas e os grupos marginalizados, que, muitas vezes, são invisibilizados em pesquisas convencionais. Conforme Mendonça (2010), a participação das comunidades locais é fundamental para garantir a autenticidade e a sustentabilidade do turismo comunitário, além de contribuir para a valorização do patrimônio cultural local.

(b) *Investigar as dinâmicas espaciais do TBCU se apresenta como um dos eixos para compreender sua relação com o patrimônio urbano e o território.* A localização, o uso do espaço público, a organização territorial, a acessibilidade, a infraestrutura e o impacto sobre o espaço físico são aspectos que precisam ser analisados de forma crítica e abrangente. Nesse sentido, análise de mapas, imagens de satélite, entrevista com moradores e profissionais do turismo, além de observação direta do espaço físico, podem contribuir para uma compreensão profunda entre o TBCU e o patrimônio urbano.

A análise da localização dos projetos de TBCU, os pontos de interesse turístico, a infraestrutura disponível e o impacto do turismo sobre o espaço urbano são importantes para entender como o TBCU se articula com o patrimônio e como ele impacta o cotidiano das comunidades. De acordo com Diegues (2001), a relação entre o espaço urbano e o patrimônio cultural é complexa e exige atenção especial, com foco em garantir a acessibilidade, a preservação do patrimônio e a qualidade de vida dos moradores.

(c) *Abordar a dimensão sociocultural, por vezes invisibilizada, merece atenção especial ao relacionar TBCU e patrimônio.* A reflexão sobre o TBCU, a cultura local e a gestão do patrimônio cultural demanda a compreensão de diferentes elementos, como a memória, as narrativas, as práticas simbólicas, a identidade, e as práticas culturais das comunidades locais. A análise de documentos históricos, de relatos orais, de práticas culturais tradicionais e de outras formas de expressão cultural permite reconstruir a história e a identidade das comunidades locais, compreendendo como o TBCU se relaciona com a memória e a cultura.

A análise das narrativas, mitos e lendas locais e das práticas culturais, como música, dança, culinária e artesanato, é fundamental para desvendar a relação do TBCU com o patrimônio cultural e compreender como o turismo pode contribuir para a preservação e a valorização da cultura local. Como argumenta Irving (2009), a valorização da cultura local, incluindo modos de vida, tradições e cosmologias, cria um ambiente propício ao intercâmbio cultural e à construção de entendimentos éticos sobre diversas dimensões da vida, como trabalho, sociedade, cultura, política e a própria concepção de vida e sociedade.

#### 4 OLHARES E EXPERIÊNCIAS SOBRE TBC URBANO

As pesquisas sobre TBC urbano são incipientes e embrionárias na América Latina. A partir de um estudo exploratório, segundo Izcara & Canãda (2023), esse tema tem sido tratado de forma diversa. Existem experiências que surgiram em áreas rurais, que foram pressionadas e integradas pela expansão urbana, mas mantiveram formas de gestão comunitária do turismo.

Em outros casos, a organização comunitária é atrelada aos princípios de economia social e solidária, em busca de novas fontes de emprego e renda. Também buscam romper com o estigma de zonas perigosas e criminosas, construindo outra imagem de seus bairros e moradores. Outro exemplo são as iniciativas de luta social por melhores condições de vida (infraestrutura básica e de acesso público) por meio do turismo, que passa a ser adotado como estratégia de alcance de visibilidade em meio à cidade.

Na emergência dessa multiplicidade de processos, os autores destacam a experiência “*Viajes de barrio*” de La Cecilia, em Bogotá (Colômbia). Esse processo se deu em decorrência da reivindicação do “direito à cidade”, ou mesmo em defesa do território, o que impulsionou diferentes formas de organização comunitária. A ação *Viajes de barrio* foi atrelada a outros projetos relacionados à Casa da Chuva de Ideias, às Bienais de Arte Comunitária e aos pomares comunitários. Dessa forma, o turismo nasce do orgulho de difundir a luta coletiva para visitantes majoritariamente de setores populares da mesma cidade (Izcara & Canãda, 2023).

Na Colômbia, Ferrari (2021) destaca também o projeto de turismo comunitário urbano *Breaking Borders*, organizado e gerenciado por alguns membros da Rua 10, do Bairro Egípto Alto de Bogotá, que possui um posicionamento geográfico favorável para conexões infraestruturais e processos de comunicação entre o projeto e os fluxos de estrangeiros. A autora destaca que essa iniciativa tem construído um processo de transformação social que ultrapassa fatores de impulso social e cultural endógenos. O impulso cultural e a capacitação do trabalho, oferecidos pela Universidade do Externado, localizado a poucos metros da entrada para o bairro, por exemplo, foram determinantes para garantir as ferramentas necessárias na elaboração de uma narrativa autônoma e no aprendizado de noções comerciais e relacionais úteis para fortalecer o contato com os turistas.

O projeto de TBCU *Abejas de Barrio*, em Xochimilco, Cidade do México (México), combina práticas sustentáveis, preservação ambiental e empoderamento comunitário. Esse caso ilustra como o turismo pode ser uma ferramenta de resistência e valorização cultural, destacando elementos centrais, contribuições, desafios e aprendizados que o diferenciam do turismo massivo e predatório. Desenvolve o TCU como uma prática centrada na comunidade, conectando visitantes às atividades cotidianas locais (apicultura, manejo das chinampas, paisagens naturais). Surge como uma resposta ao turismo massificado e extrativo predominante na área de Xochimilco, com enfoque na sustentabilidade e no fortalecimento do tecido social. Essa iniciativa contribui para visibilizar a relevância das chinampas como

patrimônio cultural e natural da UNESCO, conectando os visitantes à história local e ao manejo sustentável da terra (Schneider & Picado, 2024).

A Cooperativa *Ajayu*, situada no bairro “Padre Carlos Mugica”, Villa 31, Buenos Aires (Argentina), é um exemplo de projeto que apoia o turismo comunitário urbano, combinando gestão coletiva, valorização cultural e impacto social em um assentamento historicamente precarizado e estigmatizado. O projeto transforma a realidade local ao promover a inclusão, a desconstrução de preconceitos e o fortalecimento das identidades locais.

A *Ajayu* ressignifica um espaço marginalizado, promovendo o turismo como uma forma de resistência cultural e territorial em um contexto de desigualdades urbanas. A ideia de “mostrar a melhor parte” do bairro reflete a construção de uma narrativa positiva e inclusiva, sem ocultar os desafios locais. Utiliza o turismo para recontar a história da Villa 31, destacando as lutas sociais e culturais do bairro. A iniciativa busca integrar o conhecimento histórico às escolas e fomentar o orgulho local entre as gerações mais jovens. Romper a “parede imaginária” entre o bairro e o restante da cidade requer esforços contínuos de sensibilização (Miranda & Valeria Laborda, 2021).

De forma mais ampla, o turismo comunitário urbano foi tema abordado no Seminário “Turismo comunitário: intercâmbios y perspectivas de análisis”, ocorrido em 18 de junho de 2024, em Barcelona, sob a organização da ALBA Sud. Diferentes experiências de investigação sobre turismo comunitário na América Latina foram compartilhadas no evento. No caso específico do turismo comunitário urbano, foi ressaltada a necessidade de cuidado para o lugar não se tornar em “safári humano” dentro de uma comunidade, o que implica o controle social do turismo. Uma medida a ser tomada é exigir que, mesmo que a captação do turista seja feita por um guia externo, o roteiro seja conduzido por alguém do bairro visitado (Schneider, 2024).

A partir das experiências apresentadas, na ocasião, entendeu-se o turismo como ferramenta de reurbanização e educativa para romper com os preconceitos existentes. Ainda assim, foi salientado o risco de apropriação dos saberes das comunidades e da redução da experiência a meros espaços “instagramáveis” ou exóticos. Por isso, é importante delimitar o que se entende por turismo comunitário para não o confundir com outras práticas. Dentre as conclusões do seminário, destacou-se a necessidade de pesquisa sobre os espaços periféricos urbanos onde também se podem construir processos de turismo comunitário (Schneider, 2024).

No Brasil, conforme pesquisas de Mendonça, Moraes & Catarcione (2016), as experiências de TBC no meio urbano surgiram com a implementação de projetos em algumas favelas cariocas, no estado do Rio de Janeiro, como Morro do Cantagalo, Morro Tavares Bastos, Rocinha, Santa Marta, Maré, em contraponto às práticas conhecidas como “favela tours”, categoria debatida por Medeiros (2009). Nesse contexto, os debates sobre essa temática foram impulsionados por meio da realização do I Congresso de Turismo Comunitário na Rocinha (Rio de Janeiro, 14 e 15 de abril

de 2015), promovido pelo Rio+Social em parceria com o SEBRAE/RJ, e o Fórum de Turismo da Rocinha.

A sociedade civil interessada apresentou suas demandas ao poder legislativo e alcançou a aprovação da primeira Política Estadual de Turismo Comunitário (Lei nº 7884/2018) (Rio de Janeiro, 2018) do país (Mendonça, Moraes, Santos & Nunes, 2024). Nesse documento, o turismo comunitário é permitido em áreas de favelas com histórico de visitação turística, além de territórios de povos e comunidades tradicionais; reservas indígenas; comunidades quilombolas e de pescadores.

Em termos de significados dessa prática, vale ressaltar que, para uma liderança comunitária da favela Santa Marta (zona sul carioca), “O TBC é desenvolvido nas comunidades e valoriza seus modos de fazer de uma maneira em geral (cultura, história, identidade, origem). É um turismo sustentável que integra o visitante à realidade do local que ele está visitando, tendo como ponte os atores locais desses espaços (Brasilidade)” (Mendonça, Moraes, Santos & Nunes, 2024, p. 138).

Por outro lado, para que experiências baseadas nos preceitos do TBC sejam viabilizadas, é fundamental a presença do poder público, com políticas e ações efetivas que trabalhem para a integração das favelas ao território da cidade do Rio de Janeiro. O que fragiliza esse processo é o fato de ainda ser reduzida a quantidade de estudos sobre tais experiências em ambientes urbanos, como as favelas, assim como são poucas as pesquisas com foco no protagonismo dos moradores em iniciativas locais de turismo, o que implica avaliar a sustentabilidade dessas práticas e seus efeitos (Mano, Mayer & Fratucci, 2017).

A título de ilustração, vale mencionar também o caso do projeto Favela *Inn Hostel* na comunidade Chapéu Mangueira (Rio de Janeiro). Rodrigues, Corbari & Sampaio (2014) observaram que as ações são orientadas para a promoção da comunidade, a integração dos atores sociais como prestadores de serviços e agentes governamentais e não-governamentais, o fortalecimento dos acordos estabelecidos, as relações solidárias entre visitantes e moradores e a busca pela conservação da natureza. Essa experiência apontou para a necessidade de criação de uma rede de cooperação comunitária, que priorize os valores locais e contribua para desmistificar a imagem negativa das favelas.

O estado da Bahia, no Nordeste brasileiro, também tem se destacado com experiências de turismo comunitário no contexto urbano. A Rede de Turismo Comunitário da Bahia (BATUC) iniciou as suas atividades em 2015, a partir de um movimento formado por iniciativas, organizações, pessoas e temáticas-sujeitos implicados no/do trabalho de organizações em arenas sociais diversas, dos quais podem ser elencados na periferia de Salvador: a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, a Associação Estrela/ComuniCulturi, o Coletivo de Mulheres do Calafate e TBC Cabula e Entorno/UNEB (Lima, 2023).

Desse contexto territorial, a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia emerge sob o trabalho de mulheres e trabalha em articulação com outras organizações que surgiram a partir dela, como: a Escola Comunitária Luiza Mahin; Creche Comunitária

Ruby; Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPROTAI); Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe (ADOCI); O Espaço Cultural de Alagados; o Banco Comunitário de Desenvolvimento Santa Luzia; e o Alagados Turismo Comunitário (Actur).

A Associação Estrela contribui com a realização dos primeiros intercâmbios e cirandas entre grupos urbanos que atualmente conformam a Rede Batuc e outros parceiros nesse movimento de turismo comunitário. O Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC) também realiza um trabalho pautado na garantia dos direitos das mulheres e do empoderamento comunitário e de resistência no qual se firma o "Quintal Feminista: memórias e afetos" como um espaço de trocas e de busca por novas formas práticas de conviver.

O Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno da UNEB FAPESB, desde 2010, tem como perspectiva a educação para o empoderamento do legado sócio-histórico-cultural das comunidades dos 17 bairros do Quilombo Cabula (Lima, 2023).

A Rede BATUC impulsionou uma articulação entre movimentos sociais e parlamentares, resultando na aprovação da Política Estadual de Turismo Comunitário do Estado da Bahia (Lei nº 14.126/2019). Atualmente, conta com o apoio do governo para realizar algumas ações, por meio de um comitê multissetorial, com a presença de departamentos governamentais, sociedade civil, universidades e empresas privadas (Bispo apud Schneider, 2024). Essa lei reforça que o turismo comunitário poderá ser realizado em favelas e comunidades populares urbanas baianas.

Na zona leste do estado de São Paulo, um caminho que surgiu para a valorização das periferias é o "Turismo de quebradas", como uma "oportunidade de conhecer e reconhecer lugares, memórias e as belezas das periferias em seu cotidiano e potência", de acordo com Milena Rodrigues (Estanislau, 2023). Essa ação tem sido mobilizada por coletivos em projetos culturais, o que vem contribuindo para desmistificar o estereótipo de cidades ou bairros dormitórios, além de gerar renda e autoestima, como os exemplos do Grupo Ururay, que atua na defesa do patrimônio cultural e imaterial das comunidades a partir do turismo na periferia, e o coletivo Grupo Da Mata, do Conjunto Habitacional José Bonifácio (Cohab 2), com o projeto Cria-Ativa Cohab 2, que oferece passeios, roteiros culturais e caminhadas abertas ao público (Estanislau, 2023, n.p).

Outro caso fica no bairro de Perus, na zona noroeste de São Paulo, onde a Comunidade Cultural Quilombaque tem trabalhado com passeios que discutem o território a partir da percepção e referências culturais de seus moradores, com inúmeras vivências e possibilidades de encontros que enriquecem a experiência turística, como "participar de batalhas de slam no boteco, performances de teatro ou de passinho em espaços públicos, o geladinho/sacolê no portão, disputa de pipas, as costuras dos mototaxis e toda vida que contrapõe a homogeneização da periferia e a história única de violência e precariedade" (Estanislau, 2023, n.p).

Entre roteiros, "quebradas" e resistências na cidade de São Paulo, Ferreira (2022) salienta questões críticas segundo as quais o turismo pode reforçar o

mercado simbólico da periferia, se não tiver os cuidados necessários. As vivências, as referências culturais do cotidiano ainda são tratadas como meros atrativos culturais, assim como o patrimônio cultural típico tombado.

Assim, é preciso superar o tratamento dado à memória, ao patrimônio cultural ou mesmo às referências culturais para além das percepções tradicionalistas e estanques dessa temática. Essa diversidade de experiências e práticas voltadas ao turismo nas periferias urbanas tem provocado a repensar as normativas e os regulamentos institucionais e a desprender das convenções acadêmicas, principalmente do que se refere hegemonicamente ao tema patrimônio cultural na área de turismo.

Assim, nos últimos anos, formas coletivas e populares de gestão do turismo estão sendo exploradas também em áreas metropolitanas, o que foi tratado ainda no inédito Curso Presencial "Turismo comunitário urbano no Brasil", realizado entre 23 e 24 de agosto de 2024, pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. O curso discutiu as motivações que levam a gestão comunitária do turismo, a formação de modos de organização dessa prática e as características do turismo nessas comunidades urbanas, apontando para uma grande quantidade e diversidade de experiências de turismo comunitário urbano no Brasil (SESCSP, 2024).

Embora modelos de TBCU em países da América Latina, como Colômbia e Argentina, sejam importantes para inspiração e comparação, seria um erro replicar esses conceitos sem a devida adaptação às especificidades do Brasil. A construção de um conceito próprio, enraizado nos contextos e histórias locais, é essencial, reforçando que cabe a comunidade a "nomenclatura".

O Brasil é marcado por territórios que transcendem os limites binários entre o urbano e o rural, sobretudo em áreas de transição, como aquelas adjacentes a Unidades de Conservação e Áreas Protegidas. Suas regiões apresentam características híbridas, sendo impactadas por dinâmicas urbanas, mas mantendo uma ligação forte com as práticas culturais e de uso do território mais rurais e/ou tradicionais.

O TBCU precisa ser entendido nesses interstícios, onde comunidades locais vivem o cotidiano da "fronteira" (Vico, Azevedo, Figueiredo, & Uvinha, 2023) convivendo com práticas rurais e dinâmicas urbanas. Essas fronteiras não são apenas físicas, mas também históricas e simbólicas ligadas a processos de luta por permanência no território.

Assim, este ensaio sobre o turismo de base comunitária urbano abre uma série de questões importantes e potenciais áreas de pesquisa que podem aprofundar o entendimento e a prática dessa iniciativa. Portanto, algumas pesquisas sobre TBCU, riscos e desafios podem ser sinalizados: benefícios socioeconômicos, participação ativa e protagonismo comunitário, mercantilização do patrimônio, exploração comercial descontrolada, desconstrução de estereótipos negativos sobre as favelas e áreas urbanas marginalizadas, preservação do patrimônio imaterial, políticas públicas intersetoriais, impacto ambiental e urbano e o papel educativo do TBCU.



## 5 À GUIA DE CONCLUSÃO

O TBCU, ao ser experimentado no contexto urbano, situa-se no movimento do processo de transformação das contradições vividas em áreas periféricas e traz consigo uma nova perspectiva sobre a relação entre turismo e patrimônio. Assim, o presente capítulo, enquanto um exercício inicial aponta para a necessidade de métodos de pesquisa capazes de captar a complexidade e as implicações da relação entre TBCU e patrimônio, incluindo as dimensões: social, política, espacial e cultural.

A busca por uma compreensão integral do TBCU e do patrimônio urbano é um desafio metodológico fundamental que demanda o uso de ferramentas e abordagens que possibilitem a análise crítica e a desconstrução de preconceitos. A desmistificação do conceito de patrimônio, a valorização das histórias e das culturas locais, a inclusão das comunidades e o desenvolvimento de mecanismos de gestão participativa são elementos essenciais para que o TBCU se constitua como um veículo possível de transformação social nas cidades.

O TBCU pode contribuir para a revitalização de áreas degradadas, a geração de renda para comunidades locais e a valorização da cultura local. No entanto, o desafio reside em reconhecer e valorizar as diferentes formas de patrimônio presentes nesses espaços, superando o olhar tradicional, que frequentemente se concentra em monumentos e museus, e abrindo espaço para a diversidade cultural presente nas áreas periféricas e favelas.

Essas áreas, com suas características e dinâmicas próprias, apresentam desafios específicos para a implementação do TBCU, especialmente em relação ao patrimônio e ao modo de gestão comunitária, que busque garantir a participação e o protagonismo dos moradores locais. Desse modo, o TBCU busca contrapor o que Alves (2020) chama de modelos de participação e gestão social pautados em instrumentalidades que ora silenciam ora fragmentam e enfraquecem ações solidárias e dialógicas dos sujeitos envolvidos.

As experiências identificadas demonstram que, apesar das dificuldades metodológicas e estruturais, o TBCU pode reverter o estigma social e promover uma revalorização das áreas urbanas periféricas, envolvendo o trabalho de mulheres, articulando o turismo com outros projetos locais, promovendo intercâmbios com outros grupos urbanos, recebendo o apoio governamental, de universidades e de outros agentes parceiros, além das trocas culturais com visitantes, que podem se tornar aliados à luta coletiva por direitos e melhores condições de vida.

A integração entre os três eixos orientadores propostos – participação comunitária, território e dimensão sociocultural – revela que a sustentação do TBCU depende de uma abordagem crítica e participativa, que envolva as comunidades em todas as etapas do processo, garantindo que seus benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa. Isso porque, na prática, são produzidas formas de saber-fazer TBC pelas próprias comunidades locais, o que reforça ser uma contradição abordar essa pauta seguindo a tendência de

modelização desse tipo de proposta (Moraes, Mendonça & Estevão, 2023).

A pesquisa sobre TBCU em suas interfaces com o patrimônio se apresenta, assim, como um campo fértil para desdobrar as complexidades do desenvolvimento urbano contemporâneo, uma vez que a busca por formas de turismo mais inclusivos, justos e sustentáveis exige uma profunda análise das dinâmicas socioculturais, ambientais, territoriais, políticas e econômicas que produzem as cidades.

## REFERÊNCIAS

- Alves, K. dos S. (Org.). (2020). *Diálogos sociais em turismo: elementos hegemônicos e contra hegemônicos* (1ª ed.). Belo Horizonte, MG: Editora Dialética.
- Bahia. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. (2019). *Lei Nº 14.126, de 24 de setembro de 2019. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências*. Recuperado de <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-14126-2019-bahia-institui-a-politica-estadual-de-turismo-comunitario-no-estado-da-bahia-e-da-outras-providencias>
- Cañada, E., Gascón, J., & Milano, C. (Eds.). (2023). *Turismo popular: propuestas y debates* (2ª ed.). Barcelona, España: Alba Sud Editorial (Colección Informes en Contraste, núm. 8). Recuperado de <https://www.albasud.org/publ/docs/120.pdf>
- Costa, E. B., Pulgarín-Osorio, Y., Garibay Gómez, J. A., & Pasuy Arciniegas, W. (2023). Usos turísticos del territorio y patrimonio-territorial en mercados de Colombia y México. *Cuadernos de Turismo*, (52), 239–262. <https://doi.org/10.6018/turismo.593621>
- Diegues, A. C. S. (2001). *Ecología humana e planejamento em áreas costeiras* (2ª ed.). São Paulo, SP: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP.
- Estanislau, J. (2023, 30 de agosto). Turismo de quebradas é caminho para valorização das periferias. *Jornal da USP*. Recuperado de <https://jornal.usp.br/radio-usp/turismo-de-quebradas-e-caminho-para-valorizacao-das-periferias/>
- Ferrari, S. (2021). El turismo comunitario urbano como forma de re-existencia cultural y laboral. El modelo de Barrio Egipto (Bogotá). *Cuestiones de Sociología*, (24), e115. <https://doi.org/10.24215/23468904e115>
- Ferreira, P. T. A. (2022). "Nós vamos hackear o turismo!": *Entre roteiros, "quebradas" e resistências na cidade de São Paulo* (Tese de Doutorado em Turismo). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gaitán, S. B. M. (2020). Teoria ator-rede: uma chave para analisar o turismo e os fenômenos complexos em um presente distópico. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 6(1). <https://doi.org/10.34019/2448-198X.2020.v6.33111>
- Gomez, I., Sánchez, J., & Rubio, A. (2015). Turismo comunitario en Colombia: nuevas rutas para el desarrollo sostenible local. *Revista Turismo y Sociedad*, 18(2), 1-18.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: Inovar é possível? In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Izcara, C., & Cañada, E. (2023). Fucha resiste: viajes de barrio en Bogotá. In E. Cañada, J. Gascón, & C. Milano (Eds.), *Turismo popular: propuestas y debates* (2ª ed., pp. 39–46). Barcelona, España: Alba Sud Editorial (Serie Informes en Contraste, 08, ed. ampliada).
- Klepsch, R. (2010). Turismo em favelas: entre o espetáculo da pobreza e o desenvolvimento local. Trabalho apresentado no XXXVIII Congresso da ANPOCS, Caxambu, MG,



- Brasil.
- Lima, D. R. de. (2023). *A construção de uma política pública ao revés: de movimento à Rede de Turismo Comunitário da Bahia* (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Mano, A. D., Mayer, V. F., & Fratucci, A. C. (2017). Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 11(3), 413-435. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1314>
- Mendonça, T. C. M. (2010). *Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande* (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Mendonça, T. C. M., & Moraes, E. A. de. (2012). Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no "Paraíso Proibido": Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil. *Journal of Tourism and Development*, 4, 1169-1183.
- Mendonça, T. C. de M., Moraes, E. A. de, Santos, R. de O., & Nunes, A. de S. (2024). Mapa de significados, elementos socioespaciais e políticos do Turismo de Base Comunitária no estado do Rio de Janeiro. *Caderno Virtual de Turismo*, 24(1), 126-148. <https://doi.org/10.18472/cvt.24n1.2024.dossieTBC.2156>
- Medeiros, B. F. (2009). *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora.
- Miranda, R. F., & Laborda, V. (2021). *Cooperativa Ajayu: turismo comunitario urbano en Buenos Aires*. Barcelona, España: Alba Sud. Recuperado de <https://www.albasud.org/noticia/es/1398/cooperativa-ajayu-turismo-comunitario-urbano-en-buenos-aires>
- Moraes, E. A. de. (2019). "Siga os atores e as suas próprias ações": nos rastros das controvérsias sociotécnicas do turismo de base comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil (Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Moraes, E. A. de, Mendonça, T. C. M., & Estevão, P. H. R. (2023). Turismo de base comunitária em meio à pandemia COVID-19 no Brasil: enfrentamentos, redes e caminhos em transição. *Revista da ANPEGE*, 19, 1-27.
- ONU-Habitat. (2016). *Cultura e patrimônio urbano: Documento temático da Habitat III*. Recuperado de <https://habitat3.org/wp-content/uploads/4-Cultura-e-Patrim%C3%B4nio-Urbano-final.pdf>
- Rio de Janeiro. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ. (2018). *Lei Nº 7884, de 02 de março de 2018. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências*. Recuperado de <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/59c9d4f6aca1854c83258248005b0f60>
- Rodrigues, D. da S., Corbari, S. D., Sampaio, C. A. C., & J., I. G. (2014). Turismo comunitario en favelas: Un estudio del Favela Inn Hostel, Chapéu Mangueira - Rio de Janeiro, Brasil. *Estudios y perspectivas en turismo*, 23(4), 786-804. Recuperado de [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-17322014000400008&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322014000400008&lng=es&tlng=es)
- Santos, M. (1999). Território e dinheiro. *GEOgraphia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFF/AGB)*, 1(1), 7-13.
- Santos, R. de O. (2024). "Não existe patrimônio sem nós": O papel das comunidades tradicionais no patrimônio mundial da humanidade - Paraty e Ilha Grande, Cultura e Biodiversidade. O primeiro sítio misto do Brasil (Tese de doutorado em andamento). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Saquet, M. A. (2022). O patrimônio territorial: conceito-realidade e categoria para coprodução de conhecimentos e bem-estar comunitário. In *Singularidades: Um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica* (pp. 113-120). Consequência.
- SESCSP. (2024). *Curso presencial turismo comunitário urbano no Brasil*. Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. Recuperado de <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/turismo-comunitario-urbano-no-brasil>
- Scifoni, S. (2015). Patrimônio como negócio. In A. F. A. Carlos et al. (Orgs.), *A cidade como negócio* (pp. 209-225). São Paulo, SP: Contexto.
- Schneider, I. (2024). *Turismo comunitario: intercambios y perspectivas de análisis*. Barcelona, España: Alba Sud. Recuperado de <https://www.albasud.org/noticia/1731/turismo-comunitario-intercambios-y-perspectivas-de-analisis>
- Schneider, I., & Picado, A. (2024). *La apicultura como forma de turismo comunitario urbano: el caso de Abejas de Barrio en Xochimilco*. Barcelona, España: Alba Sud. Recuperado de <https://www.albasud.org/noticia/es/1675/la-apicultura-como-forma-de-turismo-comunitario-urbano-el-caso-de-abejas-de-barrio-en-xochimilco>
- UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Recuperado de <https://ich.unesco.org/en/convention/>
- Vico, R. P., Azevedo, F. F. de, Figueiredo, F. F., & Uvinha, R. R. (2023). O uso do território no contexto dos megaeventos esportivos: o caso da Favela do Metrô-Mangueira no Rio de Janeiro segundo o imaginário dos residentes. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 9, [Sem paginação]. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10425725>
- Zanirato, S. H., Rotondaro, T. G., Ferreira, M. L. M., & Isnart, C. (2021). Patrimônio cultural: saberes e fazeres no discurso cultural-epistemológico. *Estudos Avançados*, 35(103), 255-270. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35103.014>.

#### Declaração CRediT sobre autoria.

Termo	Definição	Autor 1	A2	A3
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x	x
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos			
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes			
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação			
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x	x	x
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	x	x
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise			

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>	<b>Autor 1</b>	<b>A2</b>	<b>A3</b>
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização			
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x	x
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/apresentação de dados	x		
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x		
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da atividade de investigação	x	x	x
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação			

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

---

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 29.11.2024; Revisado / Revised / Revisado: 15.12.2024; Aprovado / Approved / Aprobado: 15.12.2024;

Publicado / Published / Publicado (online): 20.12.2024. [Ressubmissão / Resubmission / Sometido de nuevo].

Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.